(Da Sra. Tereza Cristina)

Requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de REQUISIÇÃO, ao Tribunal de Contas da União, de informações e documentos.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2º da Lei 1.579/52) e regimentais (art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados), requeremos que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de REQUISIÇÃO, ao Tribunal de Contas da União, de informações e documentos, conforme especificado a seguir:

- a) Cópia integral dos procedimentos 000.517/2016-0, que apura irregularidades na distribuição de lotes pelo Incra, no cumprimento da política da reforma agrária.
- b) Cópia integral de todos os procedimentos que apuram ou apuraram irregularidades na desapropriação, compra de terras e distribuição de lotes pelo Incra, no cumprimento da política de reforma agrária, relacionados à "Fazenda Teijin" e à "Fazenda São Gabriel", no Estado do Mato Grosso do Sul, incluindo os procedimentos n. 021.588/2008-4, 021.359/2007-3 e 005.331/2011-0.
- c) Cópia integral de todos os procedimentos já realizados pelo TCU que se referem a "Fazenda São Marcos", no Município de São Gabriel do Oeste - Mato Grosso do Sul, fazenda essa que foi comprada/desapropriada para fins de reforma agrária.
- d) Informações sobre outros procedimentos que tratem da mesma temática mencionada na alínea "a".

JUSTIFICAÇÃO

O Tribunal de Contas da União cumpre imprescindível papel na fiscalização e controle do dispêndio de dinheiro público. Assim, realiza procedimentos para análise do Programa de Reforma Agrária desenvolvido pelo Governo federal, sendo de suma importância que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tenha acesso ao trabalho realizado pelo TCU em temas pertinentes a seu objeto.

Isso posto, e diante da necessidade de melhor instruir esta CPI, convocamos os pares a aprovarem esse requerimento.

Sala das sessões, 2 de março de 2016.

Deputada Tereza Cristina PSB - MS